

Sarney (ANNA) P 11

07 SET 1985

Revisão do feixe de mola

Villas-Bôas Corrêa

Com cuidados e sem nenhum alarde, o presidente José Sarney está restaurando uma base modesta de sustentação do governo e recriando condições para atravessar o último trecho do mandato com relativa tranquilidade, sem grandes turbulências.



A operação é delicada, exige competência, habilidade e uma enorme dose de paciência, amparada no reconhecimento humilde dos erros cometidos, das derrotas acumuladas na Constituição e da sua absorção sem máguas nem ressentimentos.

Sarney ganhou a sua batalha na Constituinte, pela qual tanto se empenhou. Mobilizando a máquina do governo a todo vapor, com a eficiente retaguarda do engajamento militar ostensivo, a ranger os dentes, colocou no plenário a totalidade dos 559 parlamentares e arrancou a definição do sistema com a manutenção do presidencialismo, mesmo arrastando o peso das arrobadas de quase um século de crises, ditadura, censura, violência, atos institucionais, tortura, desaparecimentos, cassações e escândalos - e os cinco anos de mandato.

Foi só. A Constituinte cedeu, curvou-se ao último, contornou o risco de um confronto e virou o fio, recuando do parlamentarismo — tendência conferida em todas as pesquisas - e das diretas-já — como clamava a voz das ruas.

Pagou o governo alto preço pela dupla vitória. Dai por diante a Constituinte mordeu o freio e soltou-se. As contas do êxito nunca são inteiramente quitadas. Sobra sempre a insatisfação resmungada dos que não se consideram atendidos, insistindo na apresentação da fatura, acrescida de juros e correção.

O governo virou um perdedor contumaz. Não acertou mais uma. Em rota batida de atrito com a Constituinte che-

gou à ruptura, no famoso duelo oratório de Sarney com o doutor Ulysses Guimarães. E esburacou a estrada para os desastres do segundo turno, colecionando derrotas sem uma única exceção. Foi a zero.

Com vagar, na moita, sem estardalhaço, Sarney está retocando a imagem. Não se trata de recuperar o perdido. Ao contrário: o ponto de partida é a aceitação do irreversível, a conformação com o irremediável. Em explícita *mea culpa*, o presidente declarou-se o maior interessado e principal responsável pela execução da Constituição que está sendo gerada por uma Constituinte que lhe é hostil, em militância oposicionista. Arquivou a atitude crítica, curvando-se, reverente, às decisões soberanas da Assembléia.

Pode-se alegar que Sarney choveu no molhado, repisou o óbvio. Pode ser. Mas a rapidez da mudança de tom, a afinação pela clave do consumado, desarmou resistências.

Não ficou aí. A proposta orçamentária para 89 foi ajustada às normas da Constituição não promulgada, em reverente barretada, realística, mas um salameleque devidamente registrado e que está provocando a curiosa reação dos constituintes, surpreendidos com os estragos das regras que aprovaram. Todos aplaudem cortes e privatização mas na casa do vizinho.

Aplacando velhas e até justas queixas, Sarney tem cumulado o polipresidente Ulysses Guimarães de elogios os mais rasgados. Que o doutor Ulysses merece, sem nenhum favor. No embalo da eloquência maranhense, escorregou em exagero de aderir à candidatura de Ulysses à sua sucessão. Precipitação corrigida com a meia-sola de desmentidos interpretativos, vocalizados por portavozes. O recado estava dado, recebido com agrado e malícia, talvez entre dúvidas quanto a eficácia. Há de ter produzido seu efeito.

A Constituição passou recibo na félicidade dos partidos e autorizou a formação de blocos. Sarney antecipa-se e articula a remontagem de esquema superpartidário para apoio ao governo. Nada muito ambicioso: cuida-se apenas de botar um pouco de ordem na barafunda e

armar instrumento de atuação do governo no Congresso. Em final de mandato de provável atividade escassa. Ocaso de ano eleitoral, com a campanha municipal em andamento; 89 da sucessão.

Se o governo precatar-se, não meter o bedelho indesejável nas futricas provincianas das brigas pelas prefeituras e conseguir conter-se ano que vem, torcendo para dentro, roendo as unhas mas sem descobrir preferência, essa revisão a que o presidente está submetendo a suspensão do governo deve garantir o desempenho de final de mandato sem incidentes.

Até mesmo preservado no interesse comum e do processo de transição. A quem pode interessar desestabilizar um governo, protegido pela redoma da imparcialidade, na última etapa de longo e sofrido ciclo de luta pela restauração democrática? Só um insensato recusaria a segurança da normalidade para embarcar na provocação e forçar a reabertura da crise, sem medir consequências.

O Congresso vai estar muito ocupado com as leis complementares da Constituição, a atualização da legislação eleitoral, a urgente adaptação das normas para a campanha e eleição presidencial à novidade da exigência da maioria absoluta e, portanto, com a hipótese do segundo turno.

Medidas para o futuro, que não tocam em Sarney. Um acordo de mútuas conveniências está pintando a partir da iniciativa do presidente de recolher as velas do governo e ajustá-lo ao futuro. Com a vantagem de dispensar protocolos e o desgaste da formalização do compromisso.

Basta que Sarney retire o governo da campanha, assistindo de camarote a brigas do PMDB pelo seu lugar com seu filhote e antigos aliados. E que as ambições reconheçam que para o fecho da transição convém preservar o presidente da República, respeitando o cargo e o seu compromisso reiterado com a institucionalização democrática.

A sombra da trégua, o Maílson necessita fazer a sua parte, segurando as pontas da inflação. É mais fácil prevenir o incêndio do que enfrentar labaredas.